



JARDIM EDITH: PROJETO E UTOPIAS
JARDIM EDITH: PROJECT AND UTOPIAS
JARDÍN EDITH: PROYECTO Y UTOPIA

Aécio Flávio de Souza Lacerda Júnior
Universidade Nove de Julho.
email@provedor.br

<http://lattes.cnpq.br/8762828792465895>

Edite Galote Carranza
Universidade São Judas Tadeu
edite.galote.carranza@arquitectonica.com

<http://lattes.cnpq.br/0223302717584477>

Luis Octavio de Faria e Silva
Universidade São Judas Tadeu/Escola da Cidade
lfariaesilva@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1819856357349357>

Resumo:

O objetivo deste trabalho é apresentar e refletir sobre o processo de projeto do Conjunto Habitacional Jardim Edith, localizado na região sul da cidade de São Paulo, construído para realocar moradores da favela de mesmo nome, removida em função de uma série de transformações urbanas junto a ela ocorridas. Tendo como ponto de partida uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um trabalho de mestrado, o artigo pretende discutir aquele processo de projeto face à perspectiva da possibilidade de concretização de utopias: uma apregoada Utopia social do chamado Movimento Moderno na arquitetura e no urbanismo, Utopia da plena democracia participativa e Utopia da sustentabilidade social, já que o resultado materializado garantiu o direito à cidade para algumas famílias da comunidade da antiga favela, no sentido de permanecerem em área com acesso a redes de infraestrutura e equipamentos urbanos.

Palavras Chave: Habitação de Interesse Social; Utopia; Arquitetura Contemporânea, Arquitetura Paulista; Jardim Edith.



Abstract

The objective of this work is to present and reflect on the design process of the Jardim Edith Housing Set, located in the southern region of the city of São Paulo, built to relocate residents of the favela of the same name, removed due to a series of urban transformations occurred along with it . Starting from a master's research and reflections, the article intends to discuss that project process in the face of the prospect of the possibility of utopias: a proclaimed social Utopia of the so-called Modern Movement in architecture and urbanism, Utopia of full participatory democracy and Utopia of social sustainability, since the materialized result guaranteed the right to the city for some families of the community of the former favela, in the sense of remaining in an area with access to infrastructure networks and urban equipment.

Keywords: Housing of Social Interest; Utopia; Contemporary architecture; Paulista Architecture; Jardim Edith.

Resumen:

El objetivo de este trabajo es presentar y reflexionar sobre el proceso de proyecto del Conjunto Habitacional Jardim Edith, ubicado en la región sur de la ciudad de São Paulo, construido para reubicar a los habitantes de la favela del mismo nombre, removida en función de una serie de transformaciones urbanas junto a que se han producido. Con el punto de partida de una investigación desarrollada en el marco de un trabajo de maestría, el artículo pretende discutir ese proceso de proyecto frente a la perspectiva de la posibilidad de concreción de utopías: una pregonada Utopía social del llamado Movimiento Moderno en la arquitectura y el urbanismo, Utopía de la utopía la plena democracia participativa y la Utopía de la sostenibilidad social, ya que el resultado materializado garantizó el derecho a la ciudad para algunas familias de la comunidad de la antigua favela, en el sentido de permanecer en área con acceso a redes de infraestructura y equipamientos urbanos.

Palabras Clave: Vivienda de Interés Social; utopía; Arquitectura Contemporánea, Arquitectura Paulista; Jardín Edith.



I. Introdução

O presente artigo dedica-se ao processo que resultou na construção de um Conjunto Habitacional promovido pelo Município de São Paulo, que contrariou a prática municipal de remoção de favelas para a abertura de vias de circulação de grande capacidade, por pressão imobiliária e de gentrificação. Quanto a essas remoções, a favela Jardim Edith se destacou pela luta de alguns dos seus moradores para permanecerem no local de origem, resultando num processo que durou 10 anos e que finalizou com a construção do Conjunto Habitacional Jardim Edith para uma pequena parte dos antigos moradores que acreditaram ser possível viver no lugar onde a favela se formou.

A produção de Habitação de Interesse Social no Brasil, de maneira geral, não se dá a partir de projetos em que toda a possibilidade destes instrumentos é utilizada. Comumente o que se vê são edifícios iguais, como “carimbos”, que são dispostos nos terrenos, sem um efetivo raciocínio sobre sua interação com o contexto urbano e sobre seus espaços livres de uso coletivo. Nesse quadro desalentador, projetos desenvolvidos pela Prefeitura do Município de São Paulo no período em que se efetivou o Conjunto Habitacional Jardim Edith se destacam por representarem honrosas exceções no panorama brasileiro.

A discussão que aqui se propõe é a de o Conjunto Habitacional Jardim Edith seguir, de uma maneira anacrônica, os ideais utópicos do modernismo que tiveram como divulgadores e catalisadores os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) que se realizaram no século XX. Na concretização daquele Conjunto Habitacional não foram atendidas todas as famílias removidas da favela original e, nesse sentido, estamos diante de um paradoxo já que nos ideais modernistas se destaca a defesa da habitação para todos e o resultado aqui observado ficou aquém de uma intenção básica neles contida. Em alguma medida, podemos pensar na provocação de Manfredo Tafuri quando insinua estarmos frequentemente diante de “mitos impotentes e ineficazes, [...] miragens que permitem a sobrevivência de “esperanças projectistas anacrônicas” (TAFURI, 1985, p. 122)

Na primeira parte do texto que se segue, alguns autores de referência para a discussão sobre a Utopia são lembrados e algumas de suas definições são justapostas. Busca-se, assim, identificar ideias chave e até insinuar uma certa síntese destas no sentido de dar suporte à compreensão do processo de transformação urbana que culmina com a entrega do Conjunto Habitacional Jardim Edith a alguns



moradores da antiga favela removida. Nossa expectativa é a de permitir o debate sobre a pertinência de o Conjunto ser considerado paradoxalmente como a concretização de uma Utopia, aqui no sentido de Herbert Marcuse, ou seja, como sendo algo possível, porém ainda não realizado.

Os autores aqui utilizados como referência trazem também a ideia de Utopia como meta, ou horizonte, pano de fundo ou combustível para muitas das ações humanas. Utopias, assim, seriam inatingíveis. Falar de Utopia concreta resulta, assim, em uma contradição ou paradoxo, que aqui se propõe como provocação, diante de uma situação também paradoxal como a do atendimento reduzido de novas moradias para os moradores da favela Jardim Edith, que na sua maioria receberam algum numerário para abandonarem suas casas ou foram reassentados em conjuntos habitacionais distantes. Apenas uma pequena parcela de famílias foi contemplada com a perspectiva de se manter próxima ao seu endereço original, algo que se deve à persistência e dedicação da liderança representada pelo Sr. Gerônimo Henrique Neto, que será mencionado no texto a seguir e que oportunamente poderá ser objeto de observação específica, dada sua importância no processo e por ser um exemplo esclarecedor do surgimento e posição de líderes nos movimentos por moradia em São Paulo. Estes movimentos sociais surgiram ao longo do processo de redemocratização do Brasil e, especialmente, após a promulgação da chamada Constituição Cidadã, Carta Magna brasileira de 1988.

Na segunda parte do artigo é apresentado um percurso das transformações verificadas nos arredores do Conjunto Habitacional Jardim Edith, que têm na construção deste uma espécie de chave.

Algumas das transformações intensas que têm acontecido na zona sul paulistana são enunciadas e algo sobre seu encadeamento é apresentado. As notícias aqui compiladas são base para a reflexão sobre o que se vai referir como contradições ou paradoxos, a saber, efeitos da construção de um Conjunto com inegável qualidade arquitetônica para uma parcela pequena de moradores da favela sistematicamente removida, num processo de materialização de um conjunto construído que evoca visões tanto das chamadas Utopias do século XIX, como de estruturas urbanas modernistas defendidas no século XX.

Na sequência, faz-se uma breve leitura do Conjunto Habitacional Jardim Edith quanto às suas decisões de projeto e qualidades quanto às relações forma/espço nele percebidas. Entende-se serem estes os parâmetros para a observação analítica dos edifícios na perspectiva da formação habitual dos arquitetos, algo que explicita outra contradição já que, ao se deter na necessária consideração sobre



qualidades do objeto construído, passa a um plano secundário o entendimento do movimento abrangente de transformação urbana que o gerou.

II. Utopias

“A utopia, não a penso como um ideal improvável. É condição absoluta do realismo. Seremos necessariamente utópicos e realistas, ou reacionários. E defendemos nossas propostas com força, porque elas não serão exclusiva e objetivamente nossas, mas da sociedade como conjunto e representarão suas forças dinâmicas e renovadoras.” Joaquim Guedes (GUEDES, 1977, p.187)

Durante o período de profundas alterações socioeconômicas e culturais decorrentes da Revolução Industrial, surgem as primeiras propostas ditas utópicas para enfrentar o problema da moradia do trabalhador urbano, como o Falanstério de François-Charles Fourier (1772-1837).

Como crítico da sociedade do capitalismo liberal, Fourier idealizou uma proposta visionária, que daria cabo das condições degradantes e insalubres das moradias proletárias: o Falanstério. Este seria uma espécie de palácio comunitário, com zoneamento de funções tais como: 1) zonas de barulho para crianças, festas e demais ocupações ruidosas como cozinha; 2) zona de tranquilidade para repouso, meditação e estudos; 3) zonas especiais com salas chamadas *seristérios*, planejadas para sediar as reuniões dos integrantes das diversas ‘séries’” (KONDER, 1998, p.38). Segundo Fourier, a sociedade ocidental estaria então vivenciando o período denominado Civilização e que deveria evoluir para uma condição superior: o “garantismo” - que permitiria aos seres humanos conquistar direitos e garantias protetoras, a fim de atingir a plenitude no estágio harmônico de cooperativismo pleno. As ideias de Fourier inspiraram o industrial Jean- Baptiste Godin na materialização do complexo Familistério de 1870 (BENEVOLO, 1983, p. 568).

François-Charles Fourier, Claude Henri de Rouvroy (conhecido como Conde de Saint-Simon) (1760-1825) e Robert Owen (1771-1858), classificados como socialistas utópicos por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), acreditavam que seria possível a transformação social total “sem o reconhecimento da necessidade da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado na realização dessa transição” (BOTTOMORE, 2012, p.502). Ainda segundo Bottomore, os marxistas científicos (Marx e Engels), ao contrário, queriam se distanciar das supostas fantasias igualitárias dos utópicos e defendiam que a solução para o problema da casa operária só seria possível com a Revolução Social e a tomada do poder pela classe trabalhadora.



Para os marxistas científicos, portanto, a classificação de socialista utópico possui a conotação de fantasia. Vale a pena lembrar que a palavra Utopia foi cunhada em 1516, pelo escritor inglês Thomas More (1480-1535) a partir das palavras gregas (gr. ou: negação, topos: lugar) para descrever o país imaginário: a “Ilha da Utopia”, o qual seria antípoda da Inglaterra de sua época. Mais adiante no tempo, obras literárias e cinematográficas de cunho distópico (em que há uma inversão da utopia, uma projeção reativa antípoda à visão edificante utópica) discutiram a sociedade industrial, como o romance “A máquina do tempo”, de 1895, de H.G.Wells (1866-1946) e o filme “Metrópolis”, de 1927, de Fritz Lang (1890-1976).

A Utopia, além de estar presente nas obras ficcionais, se tornou um conceito discutido pela sociologia. O sociólogo Karl Mannheim (1893-1947) em seu livro *Ideologia e Utopia: uma introdução à sociologia e conhecimento*, de 1929, explica que há uma distinção clara entre o pensamento ideológico - que discorre sobre uma versão hipotética da realidade existente -, e o pensamento utópico, que deseja uma outra espécie de sociedade. Para ele, os adeptos do pensamento utópico não estão absolutamente preocupados com o que realmente existe e que na verdade buscam mudar a situação existente. Em suas palavras: “Na mentalidade utópica, o inconsciente coletivo, guiado pela representação tendencial e pelo desejo de ação, oculta determinados aspectos da realidade. Volta as costas a tudo que pudesse abalar sua crença ou paralisar seu desejo de mudar as coisas” (Mannheim, 1976: 66-67). Segundo o sociólogo Tom Bottomore (1920-92), no século XX o pensamento utópico pode ser encontrado na área de arquitetura e do planejamento urbano (BOTTOMORE, 2012, p.788).

O pensamento utópico nos termos de Mannheim, estaria presente nos primórdios do Movimento Moderno na arquitetura e no urbanismo. Segundo Anatole Kopp (1915-1990), diferentemente da maior parte dos colegas de profissão, que considera a gratificação do exercício profissional como sendo a conquista de dinheiro e fama, para os pioneiros do Movimento Moderno a gratificação seria colocar seus conhecimentos, talento e entusiasmo ao serviço de uma causa: a Utopia social (KOPP, 1990, p.24).

Arquitetos pioneiros do Movimento Moderno, quer seja por convicções ideológicas ou utópicas, acreditavam que seria possível transformar a sociedade a partir da disciplina. Assim, surgem propostas que questionaram hábitos tradicionalmente consagrados como, por exemplo, cozinhas coletivas do arquiteto Hermann Muthesius, membro da Deutscher Werkbund, em 1908 (KOPP, 1990,



p.39). Esta e outras propostas foram discutidas nos Congressos Internacionais de Arquitetura moderna (CIAM's).

A temática em torno da “habitação mínima” destinada ao trabalhador urbano foi discutida no 2º CIAM, de 1929, realizado em Frankfurt - Alemanha. Foram apresentadas soluções desenvolvidas em diversos países, na direção de “uma espécie de internacionalização sociocultural dos problemas da habitação” (KOPP, 1990, p.53) ou de uma nova cultura de habitação. Os arquitetos alemães tiveram presença marcante naquele 2º CIAM e, em sua maioria, eram socialistas ou trabalhando para administrações progressistas (BRUNA, 2010, p. 46). Ao formular o tema “A habitação para o mínimo de vida”, o arquiteto Ernst May (1886-1970), também definiu qual seria o compromisso dos arquitetos modernos: “[...] arquitetos da nova arquitetura unem-se, sem distinção de nacionalidade, por sua compaixão pelas pessoas necessitadas; não podemos imaginá-los sem consciência social e podemos mesmo dizer que eles estão envolvidos a colocar as considerações sociais em primeiro plano na nova arquitetura”. (in KOPP, 1990, p.46).

No 3º CIAM, de 1930, realizado em Bruxelas, apresentou-se o tema “Métodos Construtivos Racionais” e as discussões foram sobre a verticalização das construções. Le Corbusier, um dos protagonistas do congresso, defende a tese “La Ville Radieuse”, cidade com edifícios de grande altura e alta densidade, em suas palavras: “com efeito, a solução está em conceder altura à construção de forma a garantir terreno livre do seu redor, [algo que seria possível] com a utilização do ascensor americano, solução adotada em Nova Iorque” (Le Corbusier, 1933: 82-83). As ideias de Le Corbusier foram materializadas anos depois na Unidade de Habitação de Marselha (1947-1952), idealizada como um Conjunto Habitacional autossuficiente de grandes dimensões (140 metros de comprimento, 24 metros de largura e 56 metros de altura), sobre pilotis, com 18 andares e um programa que contempla diferentes usos, no qual além das unidades habitacionais, existem áreas independentes destinadas ao comércio e serviços. A concepção de Le Corbusier influenciou gerações de arquitetos modernos e, em alguma medida, percebe-se como referência para os arquitetos do Conjunto Habitacional Jardim Edith, em São Paulo.

Outro protagonista do 3º CIAM, Walter Gropius, em sua palestra “Construção Baixa, média ou alta?”, também defende a verticalização dos edifícios habitacionais como sendo econômicos e racionais, que atendem às necessidades psicológicas e sociais da moradia (BRUNA, 2010, p.55). As ideias e ideais



do Movimento Moderno foram materializadas em conjuntos habitacionais de grande envergadura em países europeus no imediato Pós-Guerra e nos EUA, tornando-se modelo para outros países.

As propostas que tinham o objetivo de atender as necessidades da sociedade industrial começam, no entanto, a ser questionadas com a formação da sociedade pós-industrial, que tem como marco o ano de 1956, quando o percentual de trabalhadores no setor administrativo aumenta e chega a superar o do setor industrial no EUA (DE MASI, 2000, p.19). Os sociólogos apontam que havia uma crise cultural das sociedades industrialmente avançadas, o que favoreceu o surgimento de questionamentos ao *status quo*, de novas utopias, a ecotopia e a contracultura.

O filósofo Herbert Marcuse (1898-1979), membro da Escola de Frankfurt, analisou as transformações sociais de meados do século XX em *One-Dimensional Man: studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*, de 1964 (publicada no Brasil em 1967 com o título *A Ideologia da Sociedade Industrial*). Segundo ele, ao contrário das antigas e históricas práticas de dominação pela fome, dependência pessoal e força, na sociedade unidimensional há novas formas de dominação que foram transfiguradas no que se referiu como Administração. Os trabalhadores, assim, são transformados em instrumento, como uma coisa dentro do sistema de produção e, contraditoriamente, eles se identificam com a existência que lhes é imposta, devido à sedução pela mercadoria, que conquista o homem cientificamente (MARCUSE, 1967, p.19). Marcuse defende que embora, historicamente, a Utopia se refira a sonhos, projetos de transformação social cuja realização é considerada impossível, devido à irrealizabilidade como impossibilidade de traduzir em fatos concretos ou projeto de uma nova sociedade, apenas projetos que se encontram em contradição com leis científicas realmente determinadas ou determináveis seriam utópicos. Assim sendo, Marcuse defende a Utopia como algo possível porém ainda não realizado:

O critério segundo o qual a ausência de determinados fatores subjetivos e objetivos é uma prova da impossibilidade de realizar uma certa transformação, portanto, é bastante discutível [...] existem hoje todas as forças materiais e intelectuais necessárias à realização de uma sociedade livre. O fato de que não sejam utilizadas deve ser imputado exclusivamente a uma espécie de mobilização geral da sociedade, que resiste com todos os meios à eventualidade de sua própria libertação. Mas essa circunstância não basta, de nenhum modo para tornar utópico o projeto de transformação. Possível, no sentido indicado, é a eliminação da pobreza e da miséria; possível, a eliminação do trabalho alienado; possível, a eliminação do que eu chamei de surplus repressión. (MARCUSE, 1969, p. 16)



Com a formação da sociedade Pós-industrial, a cidade passou a ser estudada a partir de diferentes ângulos nos quais “a família e as instituições comunitárias, apoiadas em infraestruturas físicas e sociais relacionadas com habitação, assistência à saúde, educação e vida cultural, passaram a ter um papel chave, patrocinadas pelo poder público local” (BOTTOMORE, 2012, p.594). Utopias seriam, de acordo com esse raciocínio a partir da sociologia, experiências que antevêm transformações, tal como as experiências de comunidades da contracultura, que visam uma sociedade onde o homem e a natureza poderiam, finalmente, viver em harmonia (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.789).

Esta perspectiva sociológica, foi adotada pela jornalista Jane Jacobs (1916-2006) em *The Death and Life of Great American Cities* (traduzido no Brasil como *Morte e Vida das Grandes Cidades*), livro de 1961 com críticas ao planejamento modernista. Segundo análise do filósofo Marshall Berman (1940-2013), Jane Jacobs foi a grande antagonista de Robert Moses (1888-1981) e de sua política urbana que arrasou quarteirões inteiros e “cujas construções tiveram um impacto destrutivo e desastroso” (BERMAN, 1986, p.274). Para o urbanista Peter Hall (1932-2017) que corrobora a opinião crítica de Berman, que Robert Moses foi o maior construtor de apartamentos da América por associar duas qualidades: a crença do planejamento de cima para baixo e a descoberta que as ligações políticas também eram importantes (HALL, 2013, p. 269). Sobre os conjuntos habitacionais londrinos que seguiram um modelo corbusiano numa lógica comparável à transformação de Nova Iorque empreendida por Moses, Peter Hall argumenta que eles foram “autênticos desastres em matéria de projeto, [...] espalhados por toda a Inglaterra” (HALL, 2013, p.265). Para Hall, a causa do malogro das propostas decorreu do choque cultural, em suas palavras: “o fato de que os projetistas, provenientes que eram da classe média, mostraram-se totalmente insensíveis ao modo de vida de uma família operária” (HALL, 2013, p.270). A hipercrítica ao Movimento Moderno em arquitetura e urbanismo foi realizada, no entanto, por Manfredo Tafuri (1935-1994).

Tafuri, como representante do marxismo ocidental, deslocou a ênfase do materialismo histórico e da economia política para os campos da cultura, filosofia e arte – no seu caso, arquitetura e urbanismo – , e para a trilha dos pensadores como Gyorgy Lukács, Antonio Gramsci, Herbert Marcuse e Walter Benjamin. Podemos dizer que a Teoria Crítica de Tafuri compartilha a opinião dos demais marxistas ocidentais que atribuem aos intelectuais um papel chave nas transformações sociais (BOTTOMORE, 2012, p. 371). Tafuri argumenta, contudo, quanto aos profissionais arquitetos:

Para os arquitectos, a descoberta de seu declínio como ideólogos activos, a constatação das enormes possibilidades tecnológicas para racionalizar as cidades e os territórios,



juntamente com a constatação diária da sua dissipação, o envelhecimento dos métodos específicos do projectar, mesmo antes de poder verificar as suas hipóteses na realidade, geram um clima de ansiedade e deixa entrever no horizonte um panorama muito concreto e temido como o pior dos males: o declínio do “profissionalismo” do arquitecto e sua inserção, já sem obstáculos tardo-humanísticos, em programas onde o papel ideológico da arquitectura é mínimo.

O facto de uma nova situação profissional, já real em países de capitalismo avançado, ser temida pelos arquitectos e esconjurada com as contorções formais e ideológicas mais nevróticas, é apenas um indício do retrogradismo político de tal grupo intelectual (TAFURI, 1985, p.120).

Tafuri ao analisar as vanguardas históricas – na arquitetura e no urbanismo –, afirma que elas, embora tenham resíduos utópicos inatos e próprios das poéticas das vanguardas, contém uma margem de “uma utopia fundamental aos objetivos de reorganização da produção que se pretende alcançar” (TAFURI, 1985, p.68), ainda que em geral a questão das dinâmicas de produção não sejam o foco da renovação. Haveria, assim, uma contradição entre utopia e ideologia do que ele denomina “Plano” – leia-se *status quo* político e econômico - segundo ele:

a arquitetura situa-se – partindo de si própria – a meio caminho entre realismo e utopia. A utopia reside na sua obstinação em esconder que a ideologia da planificação só pode realizar-se na construção predial se indicar que é fora dela que o verdadeiro Plano pode tomar forma; ou, que uma vez entradas no horizonte da reorganização da produção em geral, a arquitetura e a urbanística, serão objetos, e não sujeitos do Plano (Tafuri, 1985: 68).

Mais adiante Tafuri decreta a crise da arquitetura moderna:

Está agora confirmada a nossa hipótese inicial. A arquitetura como ideologia do Plano é subvertida pela realidade do Plano, uma vez que, superado o nível da utopia, este se torna mecanismo operante. A crise da arquitetura moderna começa no preciso momento em que o seu destinatário natural – o grande capital industrial – supera a sua ideologia de fundo, pondo de parte as superestruturas. A partir deste momento, a ideologia arquitetônica vê esgotados os seus próprios objetivos. A sua obstinação em querer ver realizadas as suas hipóteses torna-se, ou numa mola para a superação de realidades retrógradas, ou em incômoda perturbação (Tafuri, 1985: 92).

Ao concluirmos nossa mirada sobre o conceito de Utopia caberia, ainda, refletir sobre possíveis alternativas de mundos urbanos para o século XXI seguindo os questionamentos de David Harvey:



“Poderíamos nos dar ao luxo de não sermos utópicos? Poderá a consideração de uma tradição utópica revelar um caminho visionário para informar nossas perspectivas de possibilidades e chamar os movimentos sociais para alguma alternativa e diferentes visões de cidade?” (HARVEY, 2013, p. 32).

O projeto do Conjunto Habitacional Jardim Edith, como veremos, seguiu preceitos das utopias sociais do Movimento Moderno -, e procura aproximar-se da perspectiva de Democracia Participativa, em função de dar forma a um diálogo com moradores intermediado pelo Poder Público, e vai no sentido da concretização de algo possível, porém ainda não realizado. Mesmo que seu resultado final como edifício possa ser visto como uma Utopia incompleta e, em alguma medida, anacrônica já que realização de ideais modernistas esmaecidos, trata-se de uma experiência brasileira ímpar de Habitação de Interesse Social, que buscou dar forma a um aceno para um caminho de equidade social e espacial na cidade de São Paulo.

III. A cidade que invadiu a favela

As favelas eram quase inexistentes na cidade de São Paulo até os anos 1940 e 1950, porém cresceram exponencialmente a partir da década de 1970, num período em que a cidade passava por uma grande transformação social e econômica (KEHL, 2010,p.55). Sobre a localização das favelas em São Paulo, Luiz Kehl descreve:

“As favelas paulistanas concentram-se sobretudo nas zonas sul e norte, precisamente em áreas de proteção ambiental: junto às represas de Guarapiranga e Billings, ao sul, e nas encostas da serra da Cantareira, ao norte, [...] Metade das favelas está em beira de córregos, e pelo menos um quarto dos domicílios corre risco de ser levado pelas águas das enxurradas e inundações”. (KEHL, 2010, p. 56).

A favela Jardim Edith (fig.1) surgiu durante o chamado Milagre Econômico Brasileiro (momento em que no Brasil havia altas taxas de crescimento econômico anual - não entraremos aqui na discussão sobre suas causas e decorrências) na década de 1970, quando a cidade de São Paulo possuía uma taxa de crescimento da ordem de 3%, grande mas muito menor do que a taxa de crescimento das suas favelas, que era da ordem de 20,16%. As favelas paulistanas ocupavam encostas, beiras de cursos d’água, áreas de mananciais e várzeas de rios – como o Jardim Edith, na várzea do rio Pinheiros – tornando-se um problema urbano nas décadas seguintes (KEHL, 2010, p.55). Como consequência do déficit habitacional da época, na margem direita do canal do rio Pinheiros, resultante da sua retificação, área drenada da antiga várzea, começou a formação da favela Jardim Edith, que chegou



a ocupar uma área de 68 mil metros quadrados em 1995, e a abrigar uma população de 3 mil famílias (FIX, 2001,p.37).

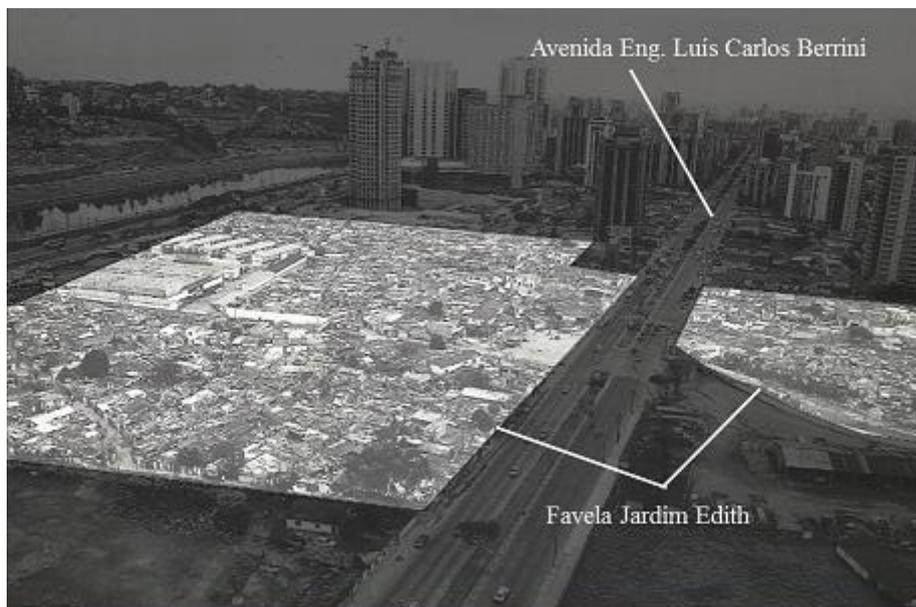


Nota: Fotografia aérea antes da formação da favela Jardim Edith - Fonte: Geoportal.

- Futura Avenida Eng. Luiz Carlos Berrini
- Córrego Água Espraiada

Figura 1. Região da Berrini (1958), adaptado pelos autores.

Entre os anos de 1974 e 1976, a empresa Bratke-Collet, incorporadora e construtora, adquiriu 30 terrenos na região junto ao rio Pinheiros, sobretudo no bairro do Brooklin (FRÚGOLI JR., 2000, p. 177). Durante a década de 1970, foi intenso o processo de ocupação naquele bairro da zona sul paulistana: de um lado, novos edifícios de escritórios realizados (com destaque para a empresa Bratke-Collet, como indicado acima grande proprietária de terrenos na região), de outro, ocupação por parte de famílias sem condições de se inserir na cidade através do mercado imobiliário formal. Especialmente a partir de 1975, os edifícios de escritórios e seu contingente de funcionários corporativos que transformaram a região passaram a atrair investidores também em estabelecimentos de comércio e serviços, além de benfeitorias na infraestrutura urbana. Possibilidades de emprego no comércio, nas obras públicas e na construção dos novos edifícios nos seus arredores fizeram com que a favela Jardim Edith, às margens do córrego Água Espraiada (afluente do Rio Pinheiros), se tornasse uma oportunidade de moradia para as muitas famílias que afluíam para a região em função das ofertas de trabalho. Em algumas décadas, a favela atingiu grandes dimensões, enquanto havia também um avanço da valorização imobiliária que a pressionava, fazendo pensar na imagem da cidade dita formal invadindo gradualmente a favela (Fig. 2).



Nota: Área com a favela Jardim Edith em sua maior extensão, junto aos edifícios, sobretudo de escritórios, que avançam em um processo intenso de verticalização da cidade - Fonte: FRÚGOLI JR. (2000, p. 258) | Intervenção dos autores.

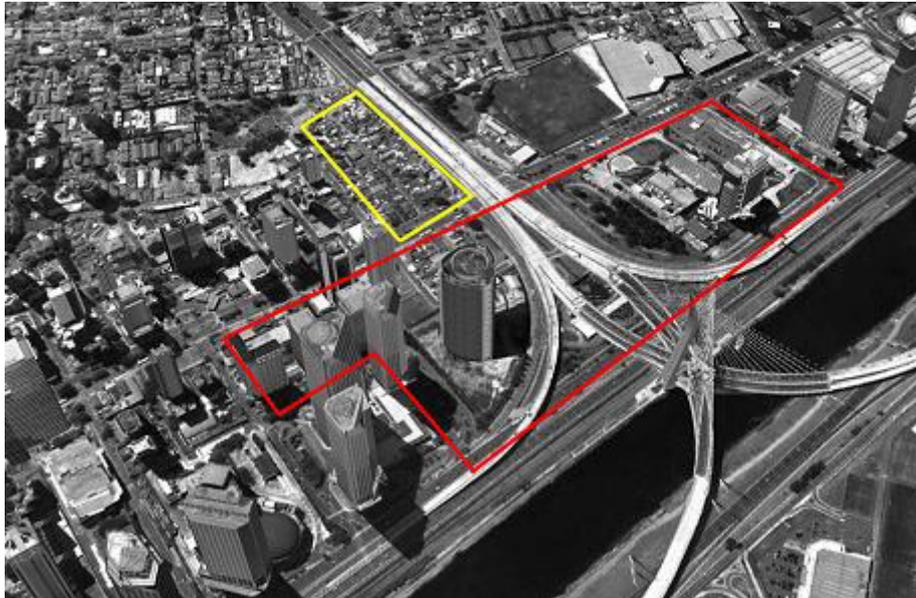
Figura 2 Favela Jardim Edith (1995)

As transformações na região fizeram com que o projeto da Avenida Água Espreada, junto ao córrego do mesmo nome, cujo deságue no canal do rio Pinheiros ocorre onde estava então a favela Jardim Edith, fosse levado adiante, e cujas obras já contavam com a perspectiva de remoção de parte daquela comunidade. Estudos referentes à viabilidade econômica de uma avenida junto ao córrego Água Espreada tiveram início na gestão do prefeito Jânio Quadros (1985-1988, com base na Lei de Melhoramentos de 1964, em que uma via naquela localização já havia sido prevista. A proposta foi redesenhada para atender a condições do bairro na época, mas nada foi feito naquela gestão. A gestão sucessora, de Luiza Erundina (1989-1992), também fez revisões no projeto e, em 1990, incluiu a proposta numa Operação Urbana (FIX, 2007, p.90), instrumento urbanístico em que recursos são captados pelo Poder Público em função de pagamentos por parte do Mercado imobiliário para obtenção de maiores coeficientes construtivos, recursos destinados a obras de infraestrutura e Habitação de Interesse Social, mediante Plano para a região delimitada .

O terreno ocupado pela favela Jardim Edith originalmente abrangia quase todo o cruzamento da Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini com a então proposta Avenida Água Espreada (futura Avenida Jornalista Roberto Marinho). Essa área proposta para o futuro cruzamento de vias foi desocupada e destinada ao sistema viário de conexão com Marginal do rio Pinheiros, via expressa ao longo deste curso d'água, e construção da Ponte Octavio Frias de Oliveira (Ponte Estaiada) (Fig. 3).



As modificações no projeto da Avenida Água Espraiada para aquele trecho junto à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, realizadas ao longo de várias gestões na Prefeitura de São Paulo, somente foram executadas na gestão do prefeito Paulo Maluf (1992-1996).



Nota: Abertura do viário e construção da Ponte Estaiada – DEZ/2008 | Fonte: Google Earth | Intervenção dos autores.

■ Área desocupada ■ Área remanescente

Figura 3. Avanço da cidade - Antiga área e área remanescente da Favela Jardim Edith (2008)

Em 2003, o primeiro projeto da ponte estaiada Octavio Frias de Oliveira foi avaliado na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001–2004), mas o alto investimento fez com que o projeto fosse revisto, sendo retomado em 2005, na gestão de José Serra (2005-2006). A atualização do projeto deu origem à ponte executada. A conclusão das obras aconteceu em 2008, sendo inaugurada na gestão do prefeito Gilberto Kassab (2009-2012).

Com a inauguração da ponte estaiada, a favela Jardim Edith passou a ter maior visibilidade, por estar em endereço caro e cobiçado naquela região de São Paulo, exatamente no cruzamento das avenidas Engenheiro Luiz Carlos Berrini e Jornalista Roberto Marinho (antiga Água Espraiada).

Em uma dinâmica paralela, de resistência, o direito dos moradores da favela Jardim Edith havia começado a ser efetivamente observado a partir de 1995, quando um novo líder comunitário assumiu, o Sr. Gerônimo Henrique Neto, e começou a se empenhar em desbravar os caminhos tortuosos para garantir o direito dos moradores de permanecer na área remanescente que não havia sido desocupada durante a gestão Paulo Maluf. Sr. Gerônimo estudou a legislação a fim de entender os direitos



resguardados pela Constituição; também frequentou a União dos Movimentos de Moradia, organização que funciona como uma espécie de guarda-chuva para movimentos de moradia que se organizam em São Paulo especialmente desde o processo de redemocratização do país na década de 1980, e participou das Jornadas pela Moradia Digna, quando foi orientado a formalizar a Associação de Moradores do Jardim Edith. Em 1996, com a inauguração da Avenida Água Espraiada, a favela não sofreu mais intervenções e a região passou por uma grande transformação e valorização fundiária. A situação dos moradores do Jardim Edith se manteve inalterada até 2002, quando uma nova perspectiva se abriu em função do Estatuto da Cidade.

As poucas famílias que permaneceram, após muitos embates e persistência, perceberam então que seria possível, através de ações legais previstas na Constituição Federal de 1988, a conquista do direito de permanecerem no seu local de origem. Dessa forma, ainda na gestão de Marta Suplicy, durante o Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002, o Jardim Edith, a partir da consulta à Associação ali atuante, conquistou o direito de ter a área que ocupava há mais de quarenta anos definida como uma Zona Especial de Interesse Social - ZEIS (outro instrumento urbanístico, esforço no sentido de impedir a sistemática expulsão dos pobres por dinâmicas imobiliárias), destinada à promoção de Habitação de Interesse Social (HIS). A conquista da permanência da comunidade do Jardim Edith foi possível, assim, em função da mudança de visão por parte do Poder Público e da persistência do líder comunitário Sr. Gerônimo, que junto com a Defensoria Pública, lutou pela garantia dos direitos dos moradores por ele representados, promovidos pela Constituição de 1988. Na área remanescente da favela, destinada pelo PDE à construção de Habitação de Interesse Social (HIS), foi então construído o Conjunto Residencial Jardim Edith, algo que pode ser entendido como uma mudança de parâmetros já que não mais se trabalhou com a perspectiva de remoção das famílias para locais distantes das áreas em que viviam, atitude persistente na produção de habitação social por parte do Poder Público paulistano até pouco tempo antes e que permitiu a manutenção de uma população que durante quarenta anos construiu sua identidade em consonância com o lugar habitado (Fig. 4).

Para a comunidade do Jardim Edith, o projeto facilitou a transição do lugar “favela” para um lugar “habitar formal”, no desenvolvimento do projeto arquitetônico do conjunto residencial, composto por três torres com 17 pavimentos e duas lâminas horizontais com 5 pavimentos, e uma base com equipamentos públicos: creche, unidade básica de saúde e um restaurante-escola. O projeto se mimetiza com a paisagem predominante da região, pela adequada solução arquitetônica pouco usual, em contraste com edifícios corporativos de



alto padrão do entorno, projetado em um terreno de aproximadamente 19 mil metros quadrados (GOMES, 2013, p.2).



Fonte: Google Earth | Intervenção do autor.

Figura 4 – Vista aérea do Conjunto Residencial Jardim Edith recém construído – (2016).

IV. Jardim Edith Como Materialização Das Utopias Do Movimento Moderno

As discussões ocorridas nos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAMs) foram de fundamental importância para fortalecer a habitação de interesse social e, uma certa Utopia social.

Os temas abordados nos três primeiros CIAMs, como vimos acima, se complementaríamos: no primeiro encontro o projeto para a “Casa Mínima”, o segundo o tema “A Unidade Mínima de Habitação”, onde destacou-se a presença dos alemães, em sua maioria socialistas ou trabalhando para administrações progressistas (BRUNA, 2010, p.46).

O terceiro com tema “Métodos Construtivos Racionais” e discussões sobre a verticalização das propostas habitacionais, em que Le Corbusier tinha uma posição favorável aos edifícios de grande altura, altas densidades, habitações com elevadores e a rua-corredor em altura (Bruna, 2010: 54). Walter Gropius com sua palestra “Construção baixa, média ou alta?”, que também defendia a verticalização dos edifícios habitacionais como sendo econômicos e racionais, incluindo também as necessidade psicológicas e sociais da moradia (BRUNA, 2010, p.55).

Le Corbusier, podemos dizer, concretizou ideais advindos daquelas discussões nos CIAMs (uma Utopia?), em 1952, com a Unidade de Habitação de Marselha, França, onde utilizou os cinco conceitos da arquitetura moderna que desenvolveu em 1920, além de produzir as unidades habitacionais pelas proporções modulares, advindas dos estudos realizados com o Modulor, em 1948. O projeto foi concebido para abrigar moradias, serviços, comércio, lazer, organizados em uma estrutura vertical com dezoito pavimentos mais a cobertura, com espaços privados e coletivos.



No Brasil, em 1930, início da chamada Era Vargas, na qual houve o protagonismo do presidente, depois ditador Getúlio Vargas, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) geridos pelos órgãos previdenciários de cada classe trabalhadora, que contratavam os arquitetos para projetar os edifícios habitacionais, que se tornaram expressivos exemplares da arquitetura moderna, refletindo os temas debatidos nos primeiros CIAMs e ideais decorrentes.

Também eco daqueles temas e teses, o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido popularmente como Pedregulho, concluído em 1952, no Rio de Janeiro (Fig. 5), é um exemplar da arquitetura moderna social projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy, em que se previa, além dos blocos de habitação, instalações para lavanderia coletiva mecânica, mercado, posto de saúde, creche, escola primária, ginásio, piscina, clube, campo de jogos e recreação (Bruna, 2010: 164). Receituário que deriva das reuniões nos CIAMs.



Nota: Contraste entre o projeto moderno e o entorno, Rio de Janeiro. | Foto: Autores, 2000.

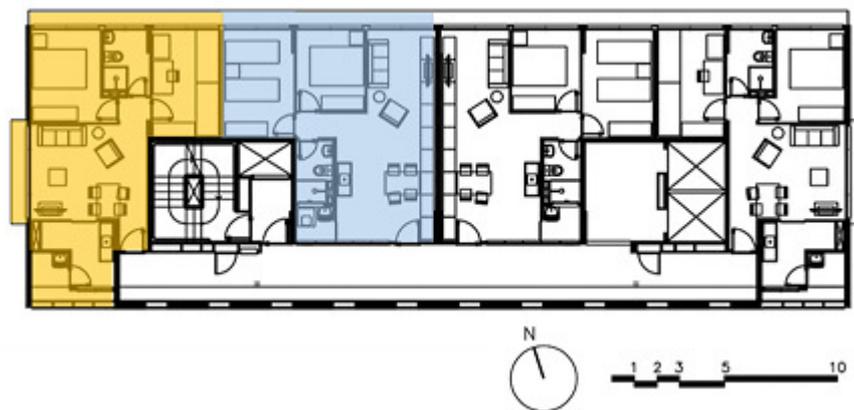
Figura 5 – Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes - Pedregulho

Em São Paulo, os arquitetos Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Flávio Pentead, projetaram o Conjunto Habitacional CECAP Zezinho Magalhães Prado, na cidade de Guarulhos, em 1967, que seguiam os conceitos de Le Corbusier: pilotis, planta e fachada livre, janelas em fita, não tendo utilizado apenas a ideia de teto jardim. Foram acrescentados ao projeto armários embutidos na alvenaria, algo que permitia a ampliação da área, além de produzir um efeito interessante na volumetria do edifício e ajudar na proteção dos caixilhos.



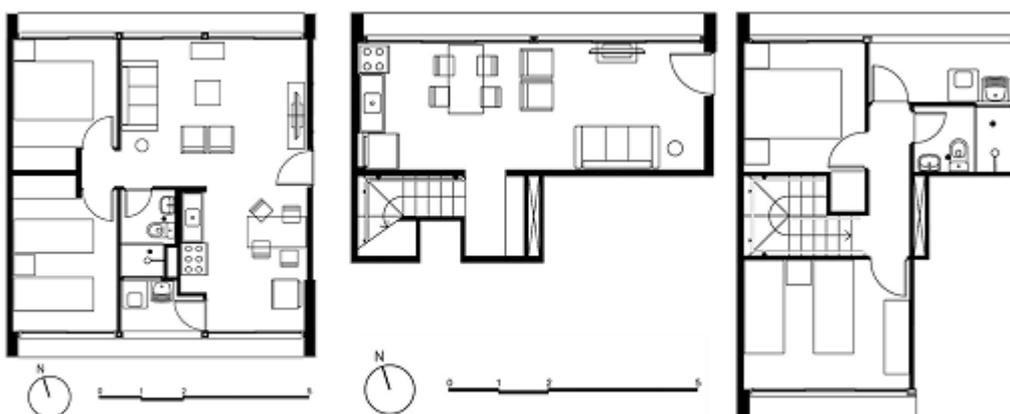
“O projeto sintetizou conceitos de funcionalidade, racionalidade e ideais sociais democráticos que moveram arquitetos e urbanistas modernos [...]. Concebido como protótipo, o Cecap atendeu a um amplo programa com comércio, centro educacional, centros comunitário e de saúde, estádio, áreas verdes e unidades habitacionais de 64 m² distribuídas em blocos de três pavimentos sobre pilotis.” (CARRANZA; CARRANZA, 2015,p.61).

O Conjunto Residencial Jardim Edith, apresenta características que remetem às referências citadas, talvez, por uma suposta herança deixada pelos arquitetos modernistas, ou mesmo, pelo legado deixado por Vilanova Artigas, personalidade central na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, onde se formaram os arquitetos que desenvolveram o projeto aqui analisado.



Nota: Planta Tipo das unidades habitacionais com dois dormitórios | Fonte: SEHAB (arquivo DWG) - Adaptado pelo autor.

Figura 6 – Projeto Jardim Edith (Torres 1, 2, e 3)





Nota: Plantas das unidades habitacionais com dois dormitórios e Duplex | Fonte: SEHAB (arquivo DWG) - Adaptado pelos autores.

Figura 7 – Projeto Jardim Edith (Lâminas 1 e 2)

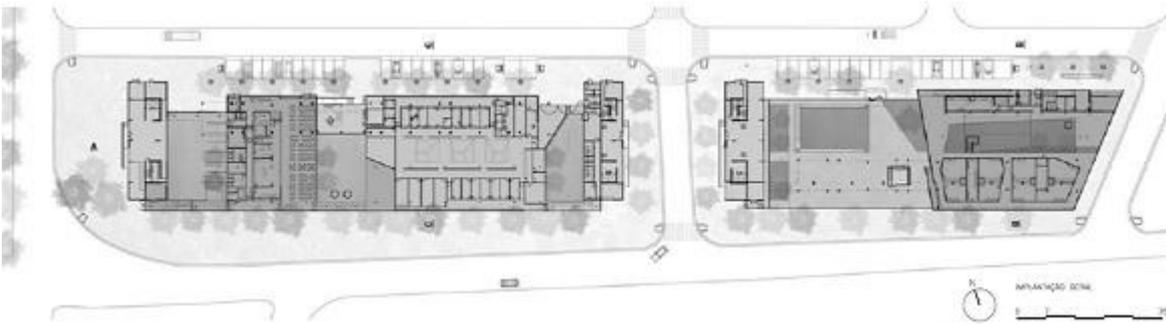
Os escritórios paulistanos de arquitetura MMBB e H+F trabalharam juntos no projeto do Conjunto Habitacional Jardim Edith, em que houve a busca por soluções para a integração dos programas: habitação, equipamentos sociais e educacional. A diversidade de unidades habitacionais de 50 m² resultou em unidades diferenciadas, que permitem algumas adaptações, conforme a necessidade das famílias (Fig.6 e 7). Os arranjos não são visíveis externamente, o que confere uma unidade volumétrica e plástica ao conjunto, principalmente pelos armários que, assim como no caso acima referido do CECAP em Guarulhos, ampliam a área da unidade e funcionam como elementos de fachada proporcionando efeito interessante (Fig.8 e 9).



Nota: Composição volumétrica do conjunto habitacional | Fonte: MMBB Arquitetos | Intervenção dos autores.

Figura 8 – Conjunto Residencial Jardim Edith

A implantação promove o contato direto com a rua, já que os recuos das edificações, não sendo fechados por grades ou muros, ampliaram os passeios e proporcionaram uma importante melhoria dos espaços públicos. Também os equipamentos públicos do Conjunto fazem com que o andar térreo tenha fluxo constante de pessoas, garantia de vibração nas ruas do entorno e da possibilidade de certo controle social. Outra questão foi a verticalização e inserção de elevadores para atender os 17 pavimentos. Essa decisão fez com que o Conjunto Residencial de certa maneira mimetizasse o seu entorno, composto de altos edifícios comerciais, não estabelecendo uma condição de exceção que poderia levar a um isolamento, além de, pelo porte e tratamento cuidadoso, conferir qualidade à arquitetura dita social.



Fonte: H+F Arquitetos | Intervenção dos autores.

Figura 9– Implantação do Conjunto Residencial Jardim Edith



Fonte: H+F Arquitetos | Intervenção dos autores.

Figura 10 – Corte do Conjunto Residencial Jardim Edith

O Conjunto Residencial Jardim Edith representa uma mudança e concretiza, após uma lacuna de anos, uma arquitetura com preocupação quanto à qualidade projetual no que diz respeito ao uso por parte dos futuros moradores (Fig.10).

Dessa forma, o projeto pode ser considerado uma referência, que promoveu mudanças que contrariaram a prática usual quando se trata de conjuntos de habitação popular. Fruto também de ações dos moradores da comunidade do Jardim Edith, que sensibilizaram o Poder Público local, o conjunto mostra uma alternativa face a uma hegemônica da expulsão da população para as periferias e apresenta um novo caminho.

V. Conclusão

Podemos dizer, apesar de paradoxos no processo como um todo, que a materialização do Conjunto Habitacional Jardim Edith foi uma resistência, em alguma medida, à prática de transferir a população da favela de seu lugar de identidade para um outro lugar estranho e distante, prática esta adotada por muitos anos pelo poder público e que contribuiu para a formação de bairros dormitórios - espécie de gueto-social-periférico-excludente - da dita cidade formal. Nesse sentido, foi concedido a parte da



população de baixa renda da antiga comunidade Jardim Edith o direito à cidade formal, sem distinção ou hierarquia em relação à qualidade da arquitetura ou ao lugar que ocupa na cidade. Percebe-se, nesse sentido, o Conjunto Habitacional Jardim Edith como plenamente inserido no tecido urbano da cidade na medida em que há, nele, uma qualidade arquitetônica que corresponde (e até, em alguma medida, é superior) ao que se vê nos edifícios do seu entorno.

De certa maneira, em função do que foi revolido neste artigo, podemos dizer que o Conjunto Habitacional Jardim Edith concretizou a Utopia social do Movimento Moderno, pelo desejo nele perceptível de uma outra espécie de Sociedade (Mannheim). Por outro lado, e de certa forma decorrente disso, reafirma-se no seu processo de projeto a prática de eliminar do tecido urbano a forma orgânica que encontramos na favela.

Importante reforçar que a concretização do Conjunto Habitacional Jardim Edith foi possível em grande medida devido à perseverança e determinação de um líder comunitário, o Sr. Gerônimo, que acreditou que os moradores da favela deveriam ficar no seu lugar e que personificou uma imprescindível resistência que teve eco no momento histórico favorável que surgiu com a redemocratização do país e a Constituição Cidadã de 1988, fundamental marco regulatório no que se refere ao direito à cidade para moradores de favelas de forma geral.

Ao final do longo processo que culminou com a construção do Conjunto Habitacional Jardim Edith, no entanto, apenas 252 famílias da população original da antiga favela (que chegou a abrigar em torno de 3.000 famílias) foram contempladas com unidades habitacionais. Em função disso, são evidentes os paradoxos e as fragilidades do resultado em termos sociais, algo que se pode, inclusive, colocar em termos de uma sustentabilidade não plenamente atingida, já que em função do tripé social-econômico-ambiental que garante uma condição sustentável, há a perspectiva de uma sustentabilidade “social” não totalmente alcançada.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.



BRUNA, Paulo J. V. *Arquitetura industrialização e desenvolvimento*. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1976.

CARRANZA, E; CARRANZA, R. CECAP: Detalhe 1:1, *5% Arquitetura + Arte*, 2015. São Paulo ano 11 volume 13 número 13 p.61 Available at: <http://revistacinco.arquitonica.com/index.php/magazine-1/arquitetura/cecap-detalhe1-1>.

FIX, M. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.

FRÚGOLI JR, H. *Centralidades em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/ EDUSP, 2000.

GOMES, R. Comunidades tentam resistir às próximas fases da Operação Urbana Água Espraiada, *Rede Brasil Atual, Cidadania*, 2013. Available at: <http://redebrasilatual.com.br/cidadania/especial-agua-espraiada/>.

GUEDES, Joaquim. *Depoimento*. in Magalhães, S.F. *Arquitetura brasileira após Brasília*. Rio de Janeiro: Edição IAB-RJ, 1977.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e dos projetos urbanos do século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.*, São Paulo: Boitempo, 2013.

KEHL, L. *Breve História das Favelas*. São Paulo: Claridade, 2010.

KONDER, Leonardo. *Fourier, o socialismo do prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

KOOP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1982.

LE CORBUSIER. *Maneira de pensar o urbanismo*. Sintra: Publicações Europa-América, 1977.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DE MAIS, Domenico. *A Sociedade pós-industrial*. São Paulo: SENAC, 2000.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____. *O fim da Utopia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.



OUTHWAITE, W., BORROMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

Mini Currículo:



Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo no programa de Pós-Graduação stricto sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo. Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) em 2013. Mestre pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie (2004). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura Mackenzie (1991). Atua nas áreas de história da arquitetura paulista, projeto e desenho arquitetônico, com dois livros didáticos publicados: *Escalas de Representação em Arquitetura*; *Detalhes Construtivos de Arquitetura*; Membro do corpo editorial da revista *Arq. Urb.* Membro do Grupo de Pesquisa CNPQ? *Arquitetura: Abordagens Alternativas e Transdisciplinares na Condição Contemporânea*. É sócia diretora do escritório de arquitetura e editora G&C Architectônica Ltda desde 1998, onde desenvolve projetos de arquitetura, arquitetura corporativa e projetos editoriais; editora da Revista eletrônica *5% arquitetura + arte* ISSN 1808-1142, desde 2005; editora da página na rede social Facebook *5% arquitetura+ arte*, desde 2015.



Arquiteto Luis Octavio P. L. de Faria e Silva, Doutorado FAUUSP 2008, Universidade São Judas Tadeu, Escola da Cidade. Praça Benedito Calixto, 86 apto 12, Pinheiros, São Paulo, telefone (55 11) 996393153

Correio eletrônico: lfariaesilva@gmail.com,

link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1819856357349357>



Aécio Flávio de Souza Lacerda Júnior mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu (2016) e professor da Universidade Nove de Julho.

Correio eletrônico: f-lacerda@hotmail.com

Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8762828792465895>

Como citar:

LACERDA JÚNIOR, Aécio Flávio S.; CARRANZA, Edite Galote; SILVA, Luís Octávio. Jardim Edith: projeto e utopias. 5% arquitetura + arte, São Paulo, ano 14, v.01, n.17, e102, p. 102.1- 102.20, jan./ jun. 2019. Disponível em: <http://revista5.arquitetonica.com/index.php>